

Questões – Monitoria em Direito Comercial da FND/UFRJ (2023.2)

Banca examinadora: Prof. Alexandre Ferreira de Assumpção Alves

Profa. Veronica Lagassi

Prof. Alla Turano

Direito Comercial I

Questão 01 (3,3 pontos). A Lei Complementar nº 123/06, conforme alterada, prevê três enquadramentos que podem ser adotados por agentes econômicos: (i) Microempreendedor Individual – MEI; (ii) Microempresa – ME; e (iii) Empresa de Pequeno Porte – EPP.

Quais desses enquadramentos podem ser adotados por uma sociedade empresária limitada? Cite 2 (duas) vantagens decorrentes de qualquer das opções. As respostas devem ter o completo e correto fundamento legal.

Padrão de resposta:

Apenas ME e EPP, nos termos do art. 3º da LC nº 123/2006. O Art. 18-A, § 1º da LC nº 123/2006 exige que o MEI seja empresário individual. **(1,3 pontos)**

Dentre as vantagens **(1,0 ponto por vantagem, limitado a 2,0 pontos):**

- (i) Possibilidade de aderir ao Simples Nacional (art. 16 da LC nº 123/2006);
- (ii) Dispensa de realização de reuniões ou assembleias (art. 70 da LC nº 123/2006);
- (iii) Dispensa da publicação de atos societários (art. 71 da LC nº 123/2006);
- (iv) Possibilidade de receber aporte de capital na forma de Investimento-anjo (art. 61-A da LC nº 123/2006);
- (v) Possibilidade de propor ações perante o Juizado Especial (art. 8, § 1º, II da Lei 9.099/1995);
- (vi) Qualquer outro benefício previsto em lei, devidamente fundamentado pelo candidato.

Questão 02 (valor 3,3 pontos)

O trespasse é o contrato que tem por fim a negociação do estabelecimento empresarial. Nestes termos, explique os três objetivos sob os quais ele pode se pautar bem como discorra sobre os efeitos no tocante as obrigações do trespasário e apresente o

fundamento legal.

Padrão de resposta:

A resposta esperada era no sentido de se apresentar e explicar cada um dos possíveis objetivos do contrato de trespasse elencado no art. 1144 do CC/02 (1,5 pts), bem como discorrer dos efeitos e obrigações previstas nos arts 1145 à 1149 do CC/02 (1,8 pts).

Questão 03 (valor 3,4 pontos)

Ângelo, sócio de uma sociedade simples constituída por prazo indeterminado, informou aos demais sócios que pretendia se retirar da sociedade. A notificação observou o prazo legal e, quinze dias após o recebimento da notificação, os demais sócios se reuniram para deliberar a dissolução da sociedade, sendo a decisão aprovada por votos correspondentes a 60% (sessenta por cento) do capital.

A sócia Nantes, titular de 9% (nove por cento) do capital social, que ficou vencida na deliberação, pretende anulá-la sob os seguintes argumentos: a) os sócios somente poderiam deliberar a dissolução da sociedade após o pagamento dos haveres ao sócio Ângelo e, na data da deliberação, isso não havia ocorrido; e b) inobservância do quórum exigido para deliberação sobre a dissolução por não ter sido atingida maioria qualificada. Considerando os fatos narrados e os argumentos apontados por Nantes para invalidação da deliberação, pergunta-se.

A) Os sócios poderiam deliberar a dissolução da sociedade?

Sim porque a sociedade por tempo indeterminado pode ser dissolvida por deliberação dos sócios por maioria absoluta do capital e nos trinta dias seguintes ao do recebimento da notificação, de acordo com o art. 1.029, parágrafo único, do Código Civil.

B) Foi observado o quórum regular na deliberação?

Sim, a sociedade por tempo indeterminado pode ser dissolvida por deliberação dos sócios por maioria absoluta do capital, quorum este atingido na deliberação, com base no art. 1.033, III, do Código Civil.

Direito Comercial II

Questão 01 (3,3 pontos). O senso comum costuma reproduzir indiscriminadamente que a constituição de uma sociedade anônima é mais “complexa” e o seu custo de gestão é “mais caro” do que a de outros tipos societários, do que é exemplo a sociedade limitada.

Explique como essa assertiva pode ser refutada, expondo de que forma uma sociedade anônima pode ser constituída e administrada, em ambos os casos de forma simplificada.

Resposta:

A constituição pode ser feita por subscrição particular, dispensando autorização da CVM para o registro de emissor e da emissão, bem como a elaboração de prospecto e a intermediação de instituição financeira e por meio de instrumento particular (dispensando os custos cartorários). Os documentos necessários serão (i) ata da assembleia de constituição; (ii) estatuto social; (iii) boletins de subscrição e (iv) comprovante de depósito da parcela mínima em dinheiro para formação do capital social. (1,3 pontos)

O estatuto social de companhia fechada, que não tenha capital autorizado e não seja de economia mista, pode prever que a Diretoria será composta por apenas 1 (um) Diretor, não haverá obrigatoriedade de Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, apesar de obrigatório, não terá funcionamento permanente. (2,0 pontos)

Questão 02 (valor 3,3 pontos)

Discorra sobre as características das sociedades anônimas, no mínimo três, com o fundamento legal.

Padrão de resposta:

Diversas são as características das sociedades anônimas que poderiam ser discorridas e vão desde a limitação da responsabilidade dos sócios que nesse caso também recebem denominação distinta ao serem chamados de acionistas até mesmo a possibilidade restrita de adoção do nome empresarial da espécie denominação, além de se tratar sempre de uma sociedade empresária. Essas e demais características estão previstas na Lei nº 6404/76, em especial nos artigos 1º ao 4º.

Questão 03 (valor 3,4 pontos)

A Companhia Siderúrgica União dos Palmares, da espécie fechada e sem integrar grupo econômico ou de controle com companhia aberta, distribuirá no próximo exercício social a seus acionistas dividendo inferior ao obrigatório, conforme foi deliberado em assembleia geral ordinária pela unanimidade dos acionistas presentes. O acionista José da Laje, que não participou da assembleia geral ordinária, ajuizou ação para anular a deliberação sob os argumentos de que: a) é ilegal a proposta porque o dividendo obrigatório é direito essencial do acionista, logo a assembleia geral não pode privar o acionista desse direito, nem total nem parcialmente; b) excepcionalmente, para que tal medida fosse aprovada, deveria haver o consentimento da unanimidade dos acionistas

e não apenas dos acionistas presentes, pois esses representavam 88% (oitenta e oito por cento) e não 100% (cem por cento) do capital.

Colhidas tais informações e de acordo com a legislação das sociedades por ações, responda aos itens a seguir.

A) Considerando-se ser o dividendo um direito essencial do acionista, poderia a assembleia aprovar sua redução? Justifique com amparo legal.

Sim, poderia porque se trata de companhia fechada não controlada por companhia aberta, com base no art. 202, § 3º, II, da LSA.

B) Procede a alegação do quórum de unanimidade dos acionistas da companhia para a aprovação da redução do dividendo? Justifique com amparo legal.

Não, porque na deliberação ficou constatada a aprovação da matéria pela unanimidade dos acionistas presentes, de acordo com o art. 202, § 3º, da LSA.

Direito Comercial III

Questão 01 (3,3 pontos). A sociedade empresária XYZ Assistência em Tecnologia Ltda. celebrou contrato de prestação de serviços com Silva do Alto. Os serviços foram prestados em 05 outubro de 2023, mas as partes acordaram que o pagamento será feito em uma única parcela, com vencimento em 05 abril de 2024. É faculdade de Silva do Alto antecipar o referido valor. O montante devido será corrigido pela variação positiva do IPC-A, *pro rata die*, da data da prestação dos serviços até o efetivo pagamento. Em caso de atraso, incidirão juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e cláusula penal não compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o principal.

Quando da celebração do contrato, os administradores da XYZ Assistência em Tecnologia Ltda. entenderam que o prazo dilatado para recebimento dos valores não prejudicaria o fluxo de caixa da sociedade. A situação financeira da sociedade mudou e agora eles têm interesse em antecipar os recebíveis. Diante disso, responda:

A) Qual título de crédito poderia ter sido emitido à época da prestação de serviços e quem serão as figuras intervenientes nele? Justifique e dê o amparo legal. **(1,8 pontos)**

B) Em quais hipóteses admite-se o protesto do referido título de crédito? **(1,5 pontos)**

Padrão de resposta:

A) Duplicata de prestação de serviços, nos termos do art. 20, I da Lei nº 5.474/1968. As

figuras intervenientes serão o sacador (prestador do serviço, XYZ Assistência em Tecnologia Ltda.), o sacado (tomador do serviço, Silva do Alto) e o beneficiário, o próprio prestador do serviço.

B) O protesto da duplicata pode ser feito por falta de aceite, de devolução ou de pagamento, conforme art. 13, *caput*, da Lei nº 5.474/1968.

Questão 02 (3,3 pontos)

Carlos Eduardo recebeu um cheque pós-datado e o apresentou ao banco antes da data convencionada no título. Considerando-se que não houve o seu pagamento por ausência de provisão de fundos, responda:

A) Caso houvesse provisão a instituição financeira deveria pagar ou aguardar a data convencionada no título? Justifique e dê o amparo legal. **(1,8 pontos)**

B) Ao ser apresentado o cheque e não havendo provisão, conforme relatado acima, quando tem início o computo do prazo prescricional para propositura da ação de execução? **(1,5 pontos)**

Padrão de resposta:

Questão “A” – O cheque é uma ordem de pagamento à vista, conforme estabelece a Lei nº 7357/85 e desta forma, a instituição financeira deveria pagar e não aguardar a data convencionada no título dado ao que dispõe o art. 32 e seu parágrafo único. (1,5 pts)

Questão “B” – O prazo para propositura da ação de execução é de 6 meses contados do decurso do prazo de apresentação que pode ser de 30 ou 60 dias a depender de ser apresentado a instituição financeira de mesma praça de sua emissão ou não, nos termos da Lei nº 7357/85, art. 32 c/c 59 (1,8 pts).

Questão 03 (valor 3,4 pontos)

Laminação Alto Taquari Ltda. emitiu nota promissória em favor do Banco Araputanga S/A no valor de R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais), endossada para Avícola Colíder Ltda.

Após a prescrição da pretensão à execução do título, o endossatário ajuizou ação monitória em face do subscritor e do endossante no lugar do pagamento, Pedra Preta/MT, para ser ressarcido do valor do título e consectários legais.

O endossante alegou sua ilegitimidade passiva diante da ocorrência da prescrição da ação cambial. O subscritor alegou que o autor pleiteia valor superior ao devido.

Pergunta-se: Procede a alegação de ilegitimidade passiva? Justifique com amparo legal.

Sim. Com a prescrição fica desonerado da responsabilidade cambiária o endossante, permanecendo a responsabilidade do subscritor. Amparo legal: art. 48 do Decreto nº 2.044/1908 e art. 78, 1ª alínea da LUG.

Direito Comercial IV

Questão 01 (3,3 pontos). Na decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial da sociedade empresária XYZ Construções S.A. o juiz nomeou uma pessoa jurídica que atua com serviços de auditoria para atuar como administrador judicial (“AJ”) e fixou sua remuneração global em R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

Ciente da decisão, um credor peticionou ao juízo apontando suposta ilegalidade na nomeação do AJ, por se tratar de sociedade cujo objeto social se resume a serviços de auditoria e pelo fato da remuneração exceder ao limite legal, tendo em vista que o valor devido aos credores submetidos à recuperação judicial, segundo consta na petição inicial, é de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). O apontamento do credor procede?

Resposta:

Procede em partes.

O AJ pode ser pessoa jurídica, independentemente de seu objeto social. As atividades mencionadas no caput do art. 21 são meramente facultativas. Logo, não procede. **(1,3 pontos)**

O art. 24, § 1º restringe a remuneração do AJ a 5% (cinco por cento) do valor devido aos credores submetidos à recuperação judicial. Logo, o limite seria R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), de modo que a alegação procede. **(2 pontos)**

Nota: subtrair 1 ponto da resposta do candidato que mencionar o § 5º do art 24, tendo em vista que sociedades anônimas não podem se enquadrar como ME ou EPP.

Questão 02 (valor 3,3 pontos)

Em 05 de janeiro de 2023, a sociedade Tele Entrega S/A requereu recuperação judicial, tendo obtido o deferimento do processamento no dia 02 de junho de 2023 e a publicação da 1ª lista de credores três dias depois.

A) Com base na situação hipotética, como deve proceder o credor que conste na lista, porém na classe equivocada? Justifique com amparo legal.

B) Na hipótese de a requerente ter realizado mediação há menos de seis meses poderá haver novação dos seus termos quando da elaboração do plano de recuperação judicial

ou a novação deverá tomar como base o crédito originário que existia antes da mediação? Explique com amparo legal.

Padrão de resposta:

Questão “A” – É certo que ao constar na lista publicada o credor já está habilitado, porém ao ser na classe diversa deverá o credor dentro do prazo de 15 dias a contar da publicação apresentar “divergência” de modo a ser retificada a sua classificação, nos termos do art. 7º, § 1º da Lei nº 11.101/05 (1,5 pts).

Questão “B” – A Lei nº 11.101/05 prevê que ocorrendo mediação a menos de 360 dias do requerimento da recuperação judicial não poderá haver novação daquilo que foi estabelecido na mediação, devendo o devedor fazer uso das condições originalmente contratadas para fins de elaboração de nova proposta no plano de recuperação judicial, nos termos do art. 20-C da Lei nº 11.101/05.

Questão 3 (valor 3,4 pontos)

Decretada a falência do empresário individual Pedro Leopoldo, o administrador judicial não encontrou bens a serem arrecadados, informando este fato ao juiz da falência. Ouvido o representante do Ministério Público, que não requereu diligências para localizar algum bem, foi fixado, por meio de edital, prazo para os interessados se manifestarem em 10 (dez) dias.

Cristina Ouro Fino, ex-empregada do falido e credora trabalhista, requereu o prosseguimento da falência.

Sobre a hipótese apresentada, responda aos itens a seguir com amparo legal.

A) Diante do requerimento de Cristina Ouro Fino, é possível manter a continuidade do processo falimentar na situação de ausência de bens arrecadados (falência frustrada)?

Sim, desde que ela se responsabilize pelo pagamento da quantia necessária às despesas e aos honorários do administrador judicial, de acordo com o art. 114-A, § 1º, da Lei nº 11.101/2005.

B) Caso seja encerrada a falência em razão da ausência de bens (falência frustrada), quando será possível a reabilitação do falido para efeito de cessação da inabilitação para o exercício de empresa?

Será possível com a sentença que extinguir as obrigações do falido após o encerramento da falência, que faz cessar a inabilitação empresarial, de acordo com o art. 102, caput, e art. 158, VI, da Lei nº 11.101/2005.